

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE
ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$ de R\$ 173.441 mil, representado por 196.738 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de propriedade integral da Serveng Energias Renováveis S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$51.884 mil em 2025, comparado a um lucro de R\$80.823 mil em 2024.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

A Lucro Operacional foi de R\$96.396 mil em 2025, em comparação a R\$118.980 mil em 2024, representando uma redução de 18,98%.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$(318.291) mil em 2025, em comparação a R\$(276.608) mil em 2024, representando uma elevação de 15,20%.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma despesa financeira líquida R\$(44.512) mil comparada a uma despesa financeira líquida de R\$(38.157) mil em 2024. Tendo uma redução devido a amortização das debêntures.

Índice de Cobertura de Serviço da Dívida

Essas debêntures possuem indicador financeiro (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde $(EBITDA - \text{Imposto de Renda e Contribuição social}) / (\text{Soma dos pagamentos do principal} + \text{juros em 12 meses})$). O cálculo conseqüentemente da manutenção do índice conforme definido em contrato, deve começar a ser efetuado a partir da data de início da emissão, sendo calculado pelas informações consolidadas na Ventos Potiguares Comercializadora de Energia. S.A.

O cálculo da ICSD deve ser efetuado sobre as informações consolidadas conforme a metodologia no contrato de financiamento e demonstrado a seguir:

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
(+) Lucro bruto	102.775	127.814
(-) Despesas administrativas e gerais	(2.739)	(1.148)
(+) Despesas não operacionais	-	222
(+) Depreciação e amortização	29.531	29.404
(+/-) Outras receitas/(despesas) líquidas	3.749	(374)
(=) EBITDA	133.316	155.918
(-) imposto de Renda e Contribuição social – corrente	(7.876)	(7.680)
(A) Geração de caixa da atividade	125.440	148.238
(B) Serviço da dívida	90.712	87.949
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida	1,383	1,686

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercicios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	8	24	21	Fornecedores	11 e 13	30.779	26.802	13.820	9.532
Aplicações financeiras	4	18.606	16.171	40.829	40.537	Financiamentos e Debêntures	12	46.091	45.791	46.091	45.791
Contas a receber	5 e 13	30.271	28.399	30.271	28.399	Obrigações tributárias		1	1	3.294	3.178
Estoques		-	-	1.255	191	Dividendo a pagar	13	12.322	19.196	12.326	19.199
Impostos a recuperar	6	11.173	12.545	11.285	12.657	Arrendamentos a pagar	10	-	-	2.154	1.961
Dividendo a receber	13	27.235	28.131	-	-	Contas a pagar		-	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	3.146	1.374			30.779		13.820	
Outras contas a receber	7	32.169	-	-	6.286			89.193	91.789	77.686	79.661
		119.466	85.254	86.811	89.465	Não circulante					
Não Circulante						Financiamentos e Debêntures	12	230.456	275.514	230.456	275.514
Depósitos Judiciais		-	-	229	229	Provisão para demandas judiciais	14	-	-	140	-
Outras Contas a Receber	7	-	-	13.135	12.797	Provisão para desmobilização	10	-	-	6.573	6.137
Investimentos	8	476.945	541.835	-	-	Arrendamentos a pagar	10	-	-	26.564	27.169
Imobilizado	9	2.725	2.868	520.807	548.710			230.456	275.514	263.732	308.820
Intangível		903	1.973	903	1.973	Patrimônio líquido					
		480.573	546.677	535.074	563.710	Capital social	15	173.441	173.441	173.441	173.441
Total do Ativo		600.039	631.931	621.885	653.175	Reservas de lucros	15.b e 15.d	106.949	91.187	106.949	91.187
								280.389	264.628	280.497	264.628
						Participação não controladores		-	-	77	66
								280.389	264.628	280.573	264.694
						Total do passivo e patrimônio líquido		600.039	631.931	621.885	653.175

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	16	296.141	277.141	296.141	277.141
(-) Custo dos produtos vendidos	17	(318.291)	(276.303)	(193.366)	(149.327)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		(22.150)	837	102.775	127.813
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	(142)	(148)	(2.739)	(1.148)
Resultado de equivalência patrimonial	8	114.667	118.448	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	17	4.021	(157)	3.889	(373)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		96.396	118.980	103.785	126.293
Receitas financeiras	18	1.760	4.823	5.240	8.334
Despesas financeiras	18	(46.272)	(42.980)	(49.240)	(46.107)
(=) Resultado financeiro líquido		(44.512)	(38.157)	(44.000)	(37.773)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		51.884	80.823	59.785	88.520
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	19			(7.876)	(7.680)
(=) Lucro líquido do exercício		51.884	80.823	51.909	80.839
Lucro líquido por ação		0,264	0,411	0,264	0,411
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		51.884	80.823	51.884	80.823
Acionistas não controladores		-	-	25	16
		51.884	80.823	51.909	80.839

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2024	2024
(=) Lucro líquido do exercício	51.884	80.823	51.909	80.839
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>51.884</u>	<u>80.823</u>	<u>51.909</u>	<u>80.839</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	51.884	80.823	51.884	80.823
Acionistas não controladores	-	-	25	16
	<u>51.884</u>	<u>80.823</u>	<u>51.909</u>	<u>80.839</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		173.441	17.775	99.039	-	290.255	66	290.321
Lucro líquido do exercício	15.d	-	-	-	80.823	80.823	16	80.839
Reserva legal	15.b	-	4.041	-	(4.041)	-	-	-
Dividendos propostos	13 e 15.c	-	-	-	(19.196)	(19.196)	-	(19.196)
Dividendos adicional	15.c	-	-	(87.255)	-	(87.255)	(16)	(87.271)
Reserva de retenção de lucros	15.d	-	-	57.587	(57.587)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		173.441	17.775	99.039	-	290.255	66	290.321
Lucro líquido do exercício	15.d	-	-	-	51.884	51.884	25	51.909
Reserva legal	15.b	-	2.594	-	(2.594)	-	-	-
Dividendos propostos	13 e 15.c	-	-	-	(12.322)	(12.322)	(4)	(12.326)
Dividendos adicional	15.c	-	-	(23.800)	-	(23.800)	(10)	(23.810)
Reserva de retenção de lucros	15.d	-	-	36.968	(36.968)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		173.441	24.410	82.539	-	280.390	77	280.467

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

VENTOS POTIGUARES COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ: 12.623.165/0001-07
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício		51.884	80.823	51.909	80.839
Itens que não afetam o caixa operacional					
Participação de não controladores, líquido		-	-	(25)	(16)
(+) Depreciação e amortização	9	143	130	29.531	29.403
(+) Juros e variações monetárias	18	45.954	42.758	48.597	45.476
(-) Equivalência patrimonial	8	(114.667)	(118.448)	-	-
(+/-) Ajustes de exercícios anteriores		-	2	-	2
		1.070	25	1.070	222
		(15.616)	5.290	131.082	155.926
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(2.435)	69.837	(292)	56.821
Contas receber		(1.873)	(466)	(1.873)	(436)
Estoques		-	-	(1.064)	(8)
Impostos a recuperar		1.372	(762)	1.372	(779)
Despesas antecipadas		-	-	(1.772)	(1.028)
Outras contas a receber		(32.169)	-	5.948	(14.448)
Depósitos judiciais		-	-	-	81
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		3.978	355	4.289	2.577
Obrigações tributárias		-	1	116	206
Outras contas a pagar		-	(1)	-	(1)
Provisão para demandas judiciais		-	-	140	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(46.743)	74.254	137.946	198.911
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		75.526	120.634	-	-
Redução de capital controladas		104.928	-	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		180.454	120.634	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		-	-	(4.030)	(4.030)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	12	(45.000)	(44.517)	(45.000)	(44.517)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	12	(45.712)	(43.432)	(45.712)	(43.432)
Dividendos pagos	15.c	(42.996)	(106.943)	(42.979)	(106.943)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(133.708)	(194.891)	(137.943)	(198.921)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		4	(4)	3	(10)
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	8	12	21	31
No fim do exercício	4	12	8	24	21
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		4	(4)	3	(10)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 7, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 1º de setembro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 4.069, de 14 de outubro de 2011, com o início de sua operação em agosto de 2013.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de dez parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 106 aero geradores, sendo um dos maiores complexo do Brasil com sua potência instalada de 170MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de janeiro de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como dados contratuais, volume de energia registrada na CCEE e seguros, não fazem parte do escopo de auditoria e consequentemente não foram auditados.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 10 - Provisões para desmobilização;
- Nota 14 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 20 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotou pela primeira vez os seguintes pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025:

3.16.1. CPC 18 (R3) – “Investimentos em Coligadas e Controladas e Equivalência Patrimonial”;

Alteração ao CPC 18 (R3) que atualiza os critérios de mensuração e aplicação do método de equivalência patrimonial em consonância com os ajustes promovidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) ao IAS 28. A aplicação inicial desta revisão ocorreu no exercício de 2025, não gerando impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.16.2. ICPC 09 (R3) – “Demonstrações Individuais/Separadas e Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”;

A nova versão da interpretação técnica ICPC 09 trata de questões práticas relativas à elaboração de demonstrações financeiras individuais/separadas e consolidadas, bem como a aplicação do método de equivalência patrimonial, harmonizando orientações brasileiras com as práticas internacionais. Sua adoção foi obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025, sem efeitos significativos nas políticas contábeis da Companhia.

3.16.3. Revisões do CPC 02 (R2) – “Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio”;

Foram incorporadas revisões ao CPC 02 (R2) com base em alterações internacionais relativas ao tratamento contábil quando a moeda de uma operação não é conversível, exigindo divulgações adicionais e critérios de mensuração mais detalhados sobre a não-exchangeability de moeda. A adoção inicial destas revisões ocorreu em 1º de janeiro de 2025, não tendo gerado impactos reconhecidos materialmente nas demonstrações da Companhia no exercício.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente a Companhia avaliou os efeitos de adoção destes pronunciamentos, revisões e interpretações exigidos a partir de 1º de janeiro de 2025 e concluiu que eles não geraram impactos materiais nas políticas contábeis, valores reconhecidos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2025, além das revisões de apresentação ou informação exigidas. Os itens foram incorporados conforme os requisitos de transição estabelecidos pelos respectivos pronunciamentos e normas regulatórias.

3.18. Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.19. Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2025	2024
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,98
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,98
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,99
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,98
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,97	99,98
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,99
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Direto	99,99	99,99
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,98	99,99
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	99,99	99,99
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Direto	99,98	99,98

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	12	8	24	21
Aplicações financeiras (a)	18.606	16.171	40.829	40.537
	<u>18.618</u>	<u>16.179</u>	<u>40.853</u>	<u>40.558</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 14,90% a.a. em 2025 (12,15% a.a. em 2024).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber (a)	30.271	28.399	30.271	28.399
	<u>30.271</u>	<u>28.399</u>	<u>30.271</u>	<u>28.399</u>

- (a) O "Contas a receber" da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica substancialmente para a empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A., através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS retido na fonte (a)	1.951	1.563	1.954	1.566
COFINS retido na fonte (a)	9.053	7.286	9.067	7.300
IR retido na fonte (b)	169	3.696	169	3.698
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	-	-	88	86
Outros	-	-	7	7
	<u>11.173</u>	<u>12.545</u>	<u>11.285</u>	<u>12.657</u>

- (a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia;
 (b) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras;
 (c) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Consortio Parque Eólico	-	-	9.839	9.499
GE Power e Water Equip (a)	-	-	3.296	3.296
Seguro a receber	-	-	-	6.286
Controladas (nota 13)	32.169	-	-	-
	<u>32.169</u>	<u>-</u>	<u>13.135</u>	<u>19.083</u>

- (a) As controladas firmaram contrato com a GE Power e Water Equip de manutenção "full", incluindo trocas de peças nos parques eólicos. Devido as controladas possuírem um estoque de peças, foi firmado no mesmo contrato que a GE Power e Water Equip, assumiria esse estoque de peças para utilização na manutenção e após o encerramento do contato ressarcirá as controladas pelo valor correspondente.

O contrato tem um prazo de 10 anos, com isso o montante do valor a receber foi reclassificado para contas a receber não circulante.

8. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	541.835	543.153
(+) Recebimentos de dividendos (a)	(47.394)	(91.635)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (d)	114.667	118.448
(-) Dividendos propostos (b)	(27.235)	(28.131)
(-) Redução de capital nas controladas (c)	(104.928)	-
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>476.945</u>	<u>541.835</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a)	28.131	28.999
Dividendos adicional recebidos do exercício (a)	47.394	91.635
Total de Investimento	<u>75.525</u>	<u>120.634</u>

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$75.525 mil, desse valor R\$47.394 referem se a dividendos adicionais de 2025, e R\$ 28.131 mil referem se a dividendos propostos de 2024 recebidos durante o exercício de 2025;
- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas;
- (c) O montante corresponde a redução de capital efetuada em agosto de 2025, conforme AGE; e
- (d) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Capital Social	Reservas de Lucros	Patrimonio Líquido	Participação no Capital	Investimento		Equivalência Patrimonial	
					2024	2024	2024	2024
Campina Potiguar	23.102	17.170	40.272	99,98%	40.263	43.988	11.378	44.824
Canto da Ilha	20.410	15.508	35.918	99,98%	35.910	39.213	9.306	40.372
Energia Potiguar	46.215	19.602	65.817	99,99%	65.810	74.343	15.038	74.439
Esquina dos Ventos	23.083	17.436	40.519	99,98%	40.510	44.387	10.916	45.837
Ilha dos Ventos	15.794	12.188	27.982	99,97%	27.973	41.552	6.098	35.828
Morro dos Ventos	43.480	19.602	63.082	99,99%	67.475	73.339	16.311	75.019
Ponta do Vento Leste	42.870	20.736	63.606	99,99%	63.600	70.791	14.566	71.522
Pontal do Nordeste	29.714	11.236	40.950	99,98%	40.943	47.004	9.100	47.083
Torres de Pedra	43.943	21.147	65.090	99,99%	65.084	71.273	14.832	72.251
Torres de São Miguel	20.597	8.786	29.383	99,98%	29.377	35.945	7.122	35.978
					<u>476.945</u>	<u>541.835</u>	<u>114.667</u>	<u>118.448</u>

9. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aerogeradores	-	-	461.174	486.261
Instalações e benfeitorias	314	332	16.339	17.225
Máquinas e equipamentos	2.411	2.536	19.370	20.369
Móveis e utensílios	-	-	41	53
Direito de uso	-	-	23.883	24.802
	<u>2.725</u>	<u>2.868</u>	<u>520.807</u>	<u>548.710</u>

A Companhia e suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Controladora

	Taxa de Depreciação a.a.	2023	Adições	2024	Adições	2025
Custo						
Instalações e benfeitorias	-	517	-	517	-	517
Máquinas e equipamentos	-	3.781	-	3.781	-	3.781
		<u>4.298</u>	<u>-</u>	<u>4.298</u>	<u>-</u>	<u>4.298</u>
Depreciação						
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(169)	(18)	(187)	(16)	(203)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(1.117)	(126)	(1.243)	(127)	(1.370)
		<u>(1.286)</u>	<u>(144)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>(143)</u>	<u>(1.573)</u>
		<u>3.012</u>	<u>(144)</u>	<u>2.868</u>	<u>(143)</u>	<u>2.725</u>

Consolidado

	Taxa de Depreciação a.a.	2023	Adições	2024	Adições	2025
Custo						
Aerogeradores	-	752.787	(170)	752.617	-	752.617
Instalações e benfeitorias	-	26.572	-	26.572	-	26.572
Máquinas e equipamentos	-	29.819	170	29.989	-	29.989
Móveis e utensílios	-	122	(2)	120	-	120
		<u>809.300</u>	<u>-</u>	<u>809.298</u>	<u>-</u>	<u>809.298</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(241.275)	(25.081)	(266.356)	(25.087)	(291.443)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(8.460)	(887)	(9.347)	(886)	(10.233)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(8.582)	(1.038)	(9.620)	(999)	(10.619)
Móveis e utensílios	10	(56)	(11)	(67)	(12)	(79)
		<u>(258.373)</u>	<u>(27.017)</u>	<u>(285.390)</u>	<u>(27.017)</u>	<u>(312.374)</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		36.664	410	37.074	1.622	38.696
(-) Amortização		(9.886)	(2.386)	(12.274)	(2.539)	(14.813)
		<u>26.778</u>	<u>(1.976)</u>	<u>24.802</u>	<u>(917)</u>	<u>23.883</u>
		<u>577.705</u>	<u>(28.995)</u>	<u>548.710</u>	<u>(27.934)</u>	<u>520.807</u>

10. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	38.696	37.074
Amortização do período	(14.813)	(12.272)
Saldo contábil líquido	23.883	24.802
	Consolidado	
	2025	2024
Passivo		
Arrendamento a pagar	4.108	4.063
(-) Juros a apropriar	(1.956)	(2.102)
	2.152	1.961
Arrendamento a pagar	35.852	37.811
(-) Juros a apropriar	(9.288)	(10.638)
Provisão de Desmobilização (a)	6.573	6.137
	33.137	33.310
Saldo contábil líquido	35.290	35.271

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, no reconhecimento inicial do contrato, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento de suas controladas.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2025
2027	2.403
2028	2.588
2029	2.787
2030	3.002
2031	3.233
2032 em diante	12.549
	26.562

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

11. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	13.820	5.948	13.820	9.532
Fornecedores – partes relacionadas (nota 13)	21.519	20.854	-	-
	<u>30.779</u>	<u>26.802</u>	<u>13.820</u>	<u>9.532</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

12. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Debêntures	276.547	321.305	321.305	321.305
Saldo contábil	<u>276.547</u>	<u>321.305</u>	<u>321.305</u>	<u>321.305</u>
Circulante	46.091	45.791	45.791	45.791
Não Circulante	230.456	275.514	275.514	275.514

Movimentação				
Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2025
321.305	-	45.954	(90.712)	276.547

Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2.032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram usados para liquidação de certas dívidas da Companhia e o financiamento das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica.

- A companhia tem a obrigatoriedade de manter o caixa mínimo: maior ou igual a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em aplicações financeiras inferior a 360 dias com liquidez diária verificados no conjunto da Emissora e suas controladas. (nota 4)

13. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Contas a receber (a)		Fornecedores (b)	
	2025	2024	2025	2024
Campina Potiguar	2.250	-	1.972	1.911
Canto da Ilha	2.667	-	1.675	1.623
Energia Potiguar	4.109	-	2.830	2.743
Esquina dos Ventos	2.250	-	1.938	1.878
Ilha dos Ventos	4.773	-	1.382	1.339
Morro dos Ventos	3.250	-	3.029	2.936
Ponta do Vento Leste	3.125	-	2.800	2.713
Pontal do Nordeste	2.000	-	1.742	1.688
Torres de Pedra	3.745	-	2.802	2.716
Torres de São Miguel	4.000	-	1.349	1.307
	<u>32.169</u>	<u>-</u>	<u>21.519</u>	<u>20.854</u>

(a) Os valores correspondem a redução de capital das controladas.

(b) Valores correspondente a operações comerciais, onde suas controladas são geradoras e a Companhia comercializa.

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Campina Potiguar	2.702	2.736			1	1
Canto da Ilha	2.210	2.258			1	1
Energia Potiguar	3.572	3.601			-	-
Esquina dos Ventos	2.593	2.637			-	1
Ilha dos Ventos	1.448	1.783			1	-
Morro dos Ventos	3.874	3.961			-	-
Ponta do Vento Leste	3.460	3.601			-	-
Pontal do Nordeste	2.161	2.217			-	-
Torres de Pedra	3.523	3.608			-	-
Torres de São Miguel	1.692	1.729			-	-
Serveng Energias Renováveis	-	-	12.232	19.196	12.356	19.196
	<u>27.235</u>	<u>28.131</u>	<u>12.232</u>	<u>19.196</u>	<u>12.359</u>	<u>19.199</u>

Custo dos produtos vendidos (resultado)	Controladora	
	2025	2024
Campina Potiguar	19.846	19.216
Canto da Ilha	16.864	16.329
Energia Potiguar	28.488	27.584
Esquina dos Ventos	19.510	18.891
Ilha dos Ventos	13.910	13.468
Morro dos Ventos	30.493	29.525
Ponta do Vento Leste	28.181	27.287
Pontal do Nordeste	17.533	16.977
Torres de Pedra	28.209	27.314
Torres de São Miguel	13.575	13.144
	<u>216.609</u>	<u>209.735</u>

Em 21 de julho de 2011 a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com suas controladas, cujo objeto foi a comercialização, entre as partes, de energia incentivada com 50% de desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia não é parte de ações cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, no exercício de 2025.

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos na controlada. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

Processos Cíveis	Consolidado	
	2024	2024
	140	-
140	-	

14.1. Ações das controladas possíveis

14.1.1. Ações trabalhistas

As Companhias Controladas fazem parte em uma ação natureza trabalhista em nome do Consórcio Parque Eólico através do polo passível, as quais têm como objeto discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob discussão o montante de R\$19 mil em 31 de dezembro de 2025.

Consoiciadas	Controladas / Não controladas	Participação em %	Participação em R\$
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Ponta do Vento leste Geradora Eólica S.A.	Controlada	7,59%	1
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	1
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	8,13%	2
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,34%	1
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	1
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	1
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Controlada	3,80%	1
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Controlada	4,88%	1
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	8,54%	2
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	6,40%	1
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	7,11%	1
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Não Controlada	10,68%	2
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Não Controlada	9,79%	2
Total da Ação		100%	19
Controladas		57,48%	11
Não Controlada		42,52%	8

Os assessores jurídicos avaliaram como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

15. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$ de R\$ 173.441 mil, representado por 196.738 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em 2025 o valor destinado foi de R\$2.594 e o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$24.410 (R\$21.816 em 2024).

	2025	2024
Resultado do exercício	51.884	80.823
	5%	5%
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	<u>2.594</u>	<u>4.041</u>

(c) Dividendos

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	51.884	80.823
Constituição da reserva legal (5%)	(2.594)	(4.041)
Base de Cálculo dos dividendos	<u>39.562</u>	<u>76.783</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>12.322</u>	<u>19.196</u>
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos (i)	(4.041)	(19.688)
Dividendos adicionais pagos do exercício (i)	(23.800)	(87.255)
Total	<u>(27.841)</u>	<u>(106.943)</u>

- (i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de dividendos o montante correspondente de R\$27.841 mil, desse valor R\$23.800 referem se a dividendos adicionais de 2025, e R\$4.041 mil referem se a dividendos propostos de 2024 pagos durante o exercício de 2025.

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$82.539 (R\$69.371 em 2024).

16. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de energia	110.180	95.655	326.789	305.390
Venda de energia - partes relacionadas (nota 13)	216.609	209.735	-	-
Impostos sobre vendas	(30.648)	(28.249)	(30.648)	(28.249)
	<u>296.141</u>	<u>277.141</u>	<u>296.141</u>	<u>277.141</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação e amortização	(130)	(130)	(29.531)	(29.403)
Custo do produto vendido	(317.921)	(275.957)	(112.315)	(110.272)
Custo com mão de obra	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	-	-	(140)	-
Arrendamento de terra	(197)	(202)	(41.626)	-
Despesas com pessoal	-	-	(5.789)	(5.392)
Despesas com serviços	-	-	(695)	(355)
Despesas tributárias	(241)	(374)	-	-
Centro de serviços compartilhados	-	-	(1.701)	(1.481)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(2)
Outros	4.077	55	(559)	(3.943)
	<u>(314.412)</u>	<u>(276.608)</u>	<u>(192.356)</u>	<u>(150.848)</u>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo do produto vendido	(318.291)	(276.303)	(193.366)	(149.327)
Despesas administrativas (i)	(142)	(148)	(2.739)	(1.148)
Outras receitas e despesas	4.021	(157)	3.749	(373)
	<u>(314.412)</u>	<u>(274.155)</u>	<u>(192.356)</u>	<u>(145.407)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.000	4.823	4.468	8.297
Outras	760	-	772	37
	<u>1.760</u>	<u>4.823</u>	<u>5.240</u>	<u>8.334</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(45.954)	(42.758)	(45.954)	(42.758)
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.643)	(2.718)
Juros incorridos	(3)	-	(9)	-
Despesas bancárias	(315)	(222)	(634)	(631)
	<u>(46.272)</u>	<u>(42.980)</u>	<u>(49.240)</u>	<u>(46.107)</u>
Total	<u>(44.512)</u>	<u>(38.157)</u>	<u>(44.000)</u>	<u>(37.773)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de Renda		
Receita bruta	224.783	217.649
Alíquota	8%	8%
	<u>17.983</u>	<u>17.412</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	3.635	3.640
Base de cálculo	<u>21.618</u>	<u>21.052</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(3.243)	(3.158)
Adicional federal de 10%	(1.909)	(1.852)
Imposto apurado	<u>(5.152)</u>	<u>(5.010)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	224.783	217.649
Alíquota	12%	12%
	<u>26.974</u>	<u>26.118</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	3.635	3.640
Base de cálculo	<u>30.609</u>	<u>29.758</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(2.755)</u>	<u>(2.678)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(7.898)</u>	<u>(7.680)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

20.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

20.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	13.820	-	-
Financiamentos	46.091	92.182	138.273

20.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

20.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição máxima é de R\$48.889 no consolidado e R\$71.124 na controladora (R\$44.570 no consolidado e R\$68.936 na controladora em 2024) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

20.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

20.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	40.853	40.558	40.853	40.558
Contas a receber	30.271	28.399	30.271	28.399
Outras contas a receber	13.135	19.083	13.135	19.083
Total	84.259	88.040	84.259	88.040
Passivos financeiros				
Fornecedores	30.779	9.532	30.779	9.532
Financiamentos	276.547	321.305	276.547	321.305
Total	307.326	330.837	307.326	330.837

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2025		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	40.853	-	-
Contas a receber	30.271	-	-
Outras contas a receber	13.135	-	-
Total	84.259	-	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	30.779
Financiamentos	-	-	276.547
Total	-	-	307.326
Consolidado	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	40.558	-	-
Contas a receber	28.399	-	-
Outras contas a receber	19.083	-	-
Total	88.040	-	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	9.532
Financiamentos	-	-	321.305
Total	-	-	330.837

20.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

20.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 14,90% (12,15% em 2024) para o CDI e 7,98% (7,43% em 2024) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	5.240	14,90%	781	976	1.171	586	390
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(643)	7,43%	(51)	(64)	(77)	(38)	(26)
Resultado financeiro			729	912	1.094	547	365

21. COMPROMISSOS COM CONTRATOS

A Companhia possui compromissos de venda de energia eólica incentivada à empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A., para garantir o desenvolvimento e implantação de seus projetos. Os compromissos em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

- Data do contrato: 09 de dezembro de 2010;
- Data que se inicia a obrigação do fornecimento: 01 de maio de 2012;
- Data que se encerra a obrigação do fornecimento: 14 de agosto de 2033;
- Quantidade a ser fornecida: 77,72 MW média ao ano.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.